

A SOCIOLOGIA DA PRÁTICA DE BOURDIEU E O CAMPESINATO¹

Prof^a. Dr^a. Rosemeire Ap. de Almeida²

Resumo: Para darmos início as nossas reflexões é preciso adiantar que assumimos o pressuposto de que a Geografia Agrária tem um objeto/sujeito estudado também por outras ciências, no entanto isso não implica na perda da especificidade conquistada no seu *fazer-se* enquanto ciência. Dito de outra forma, significa que se por um lado a Geografia Agrária tem suas próprias questões, por outro, a busca pela compreensão do real enquanto totalidade implica na utilização de referenciais teóricos de outras ciências. Logo, é com esta concepção do fazer científico que tem sentido escrever para falar de Bourdieu e do campesinato a partir de um olhar geográfico. Lembrando que o autor em questão não escreveu especificamente sobre o campesinato, porém sua sociologia da prática nos oferece conceitos fundamentais para a compreensão da (re)criação camponesa a saber: *campo* e *habitus*.

PALAVRAS-CHAVE: INTERDISCIPLINARIDADE, CAMPESINATO; CAMPO; HABITUS

LA SOCIOLOGÍA DE LA PRÁCTICA DE BOURDIEU Y EL TRABAJO CAMPESINO

Resumen: Para dar inicio a nuestras reflexiones es necesario adelantar que asumimos el presupuesto de que la Geografía Agrária tiene un objeto/sujeto estudiado también por otras ciencias, pero eso no implica em la pérdida de la especificidad conquistada em su hacerse como ciência. Dicho de outra maneira, significa que si por um lado la Geografía Agrária tiene sus propias cuestiones, por outro, la busca pela comprensión del real como totalidad implica em la utilización de referenciales teóricos de otras ciências. Así, es com esa concepción del hacer científico que tiene sentido escribir para hablar de Bourdiu y del trabajo campesino a partir de uma mirada geográfica. Acordándose que el autor em cuestión no escribió específicamente sobre el trabajo campesino, pero su sociologia de la práctica nos ofrece conceptos fundamentales para la comprensión de la (re)creación campesina a saber: *campo* y *habitus*.

Palabras-clave: interdisciplinaridad; trabajo campesino; campo; *habitus*

¹Palestra proferida no dia 10/04/2006 no Evento "Ciclo de Palestras", promovido pelo Curso de História do CPTL/UFMS. As reflexões aqui apresentadas são parte da pesquisa realizada para elaboração da Tese de Doutorado defendida em 2003.

²Professora doutora do curso de Geografia da UFMS/CEUL. E-mail raalm@ceul.ufms.br

INTRODUÇÃO

Estamos em vias de viver a tragédia dos saberes separados: quanto mais os separamos, tanto mais fácil submeter a ciência aos cálculos do poder. O equivalente tecnológico da separação dos saberes foi a linha de montagem, onde cada um conhece apenas uma fase do trabalho. Por ser privado da satisfação de ver o produto acabado, cada um é também liberado de qualquer responsabilidade sobre os resultados últimos dessas intervenções parciais. (UMBERTO ECO, 1993)

Para construir o presente texto eu não poderia falar de outro lugar que não fosse o da busca pela interdisciplinaridade, talvez na contramão dos primórdios da construção da minha própria área de investigação – a Geografia Agrária – que é a especialização da especialização. Portanto, não se trata de negar a autonomia da ciência, pois quando abrimos o diálogo com outros campos disciplinares, não deixamos de indagar sobre o que define o campo específico de uma ciência. No entanto, enquanto muitos autores vão defender que é o objeto, conclamando a proteção rígida das fronteiras do conhecimento como ensina o positivismo, caminhamos em sentido oposto e bem próximo do que pensa Capel Saez (1999, p. 13) quando explica que “os matizes dos domínios das disciplinas devem ser identificados não pelos tipos de objetos de que tratam, mas, sim, pelas questões que propõem a respeito deles, e também porque o mesmo objeto caíra dentro do domínio de diversas ciências, segundo as questões que se propõem a seu respeito”. Daí o sentido do diálogo inter e multidisciplinar.

Então, para darmos início as nossas reflexões é preciso adiantar que assumimos o pressuposto de que a Geografia Agrária tem um objeto/sujeito estudado também por outras ciências, no entanto isso não implica na perda da especificidade conquistada no seu *fazer-se* enquanto ciência. Dito de outra forma, significa que se por um lado a Geografia Agrária tem suas próprias questões, por outro, a busca pela compreensão do real enquanto totalidade implica na utilização

de referenciais teóricos de outras ciências. Logo, é com esta concepção do fazer científico que tem sentido escrever para falar de Bourdieu e do campesinato a partir de um olhar geográfico. Lembrando que o autor em questão não escreveu especificamente sobre o campesinato, porém sua sociologia da prática nos oferece conceitos fundamentais para a compreensão da (re)criação camponesa.

Assim para falar da influência de Bourdieu vou contar uma história, ou melhor, revelar o caminho de construção da minha Tese de doutorado e, portanto, o momento em que foi preciso buscar outros referenciais teóricos e colocá-los em ação no sentido de saber o que explica e o que não explica ou, como diria Bourdieu (2000), colocar o *conceito em movimento*.

CAMPESINATO, CAMPO E HABITUS

Meus estudos se inserem numa corrente da Geografia Agrária que entende que o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo em que cria as relações capitalistas de produção cria e recria, contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, a classe camponesa. A respeito vejamos as explicações de Oliveira (1981, p.08):

[...] o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução [...].

Todavia, é insuficiente dizer que o capitalismo, ao se reproduzir, reproduz relações não-capitalistas, é preciso considerar a luta dos homens, suas utopias, desejos, seus *habitus*. Na verdade, é na luta cotidiana pela terra e na terra que o camponês tem garantido sua permanência no mundo capitalista. Caso contrário, abrimos uma brecha para a determinação e funcionalidade da reprodução ampliada do capital levando ao erro da visão unilateral.

Cumprir lembrar, no sentido do erro da unilateralidade do capital, que Lênin (1985) chegou a admitir o campesinato como uma relação que representava obstáculos à penetração capitalista. No entanto, ao decretar o seu desaparecimento pela força homogeneizadora do capital, ou melhor, “enquanto tendência básica”, não ponderou a luta dos homens e, portanto, a resistência camponesa, inclusive como possibilidade de re-camponização (sem-terra). Logo, a (re) criação do campesinato como uma relação não-capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista situação que, por sua vez, ao permitir a produção de capital, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela *terra de trabalho*³.

Em suma, podemos dizer que o campesinato contraditoriamente é recriado pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, e que esta contradição se expressa no fato de que a unidade de produção camponesa representa uma relação não tipicamente capitalista, por outro lado, é preciso não esquecer que essa recriação não é funcionalista por isso ela se faz por meio da luta.

Mais recentemente, e principalmente a partir da explosão dos movimentos sociais do campo, esta questão da luta pela permanência e pelo retorno a terra leva muitos geógrafos desta corrente a propor outros diálogos. Principalmente sob

³Conceito trabalhado pelo sociólogo José de S. Martins (1991) para marcar a diferença em relação a terra de negócio dos capitalistas.

influência dos antropólogos, começa a indagar sobre a existência de uma matriz cognitiva camponesa no Brasil responsável última pela recriação do campesinato, inclusive como fonte explicativa para a migração campo-cidade-campo. A pergunta geográfica deste momento histórico e que traz a tona o diálogo com outras ciências é: existe uma territorialidade camponesa? Como se expressa no território?

É neste contexto que os estudos da recriação camponesa pelo viés antropológico ganham força, crescem os trabalhos na Geografia Agrária a respeito da campesinidade, neste sentido podemos destacar as reflexões de Marta Inês Medeiros Marques, na USP. O conceito de campesinidade foi cunhado por Klass Woortmann (1990) que, de forma sintética, significa uma qualidade comum a diferentes grupos específicos, presente em maior ou menor grau em distintos lugares e tempos.

Na Amazônia, convivem concepções sobre a terra que chamo de morais (terra enquanto valor-de-uso) com concepções utilitaristas mercantis. Não encontramos então camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade (WOORTMANN, 1990, p. 14).

Logo, na concepção deste autor, o campesinato possui uma ordem moral que se opõe às sociedades modernas regidas por uma ordem econômica, centrada no indivíduo e no mercado. Por outro lado, a constituição desta ordem moral camponesa tem sentido, fundamentalmente, na articulação da terra, da família e do trabalho que, por sua vez, se expressa na relação entre os homens e deles com a natureza. A campesinidade, porém pode extrapolar essa objetividade por meio de um contínuo, podendo ser encontrada em grupos e pessoas que há muito tempo deixaram o campo, inclusive morando e trabalhando na cidade. Assim a explicação da permanência de traços camponeses em populações vivendo em cidades, para

Woortmann (1990), estaria relacionada a campesinidade que seria então a responsável pela continuidade do campesinato.

Em outras palavras, para Woortmann a campesinidade e, portanto, a ordem moral camponesa (*ethos* camponês) persiste enquanto representação social mesmo naquelas situações em que a terra deixou de ser uma realidade objetiva, podendo, pois, ser “despertada”, principalmente nos momentos de agudização, como crise social do grupo ou sujeito.

No entanto, na época de elaboração da minha Tese, ouvindo os relatos nos acampamentos e assentamentos, passei a perceber que o conceito de campesinidade não dava conta de explicar aquela realidade, por entender que o conceito aponta para um modelo que tem na rigidez e na sua naturalização o alicerce explicativo. Portanto, se admitirmos que é a tradição/continuidade que perpetua o campesinato, incorremos no risco de retirar a história como vir-a-ser, isto é, como possibilidade de transformação da realidade. O uso do conceito de campesinidade acaba por dar um caráter reprodutivista as relações sociais, ficando impossível pensar a luta pela terra no sentido de uma teoria da mudança social, objetivo maior da pesquisa.

É neste momento, enfim, que entram as contribuições do sociólogo Bourdieu (e aumentam os desafios porque na geografia falar de camponês sempre foi tabu e junto com o Bourdieu vira celeuma) porque acreditamos que a visão de mundo do campesinato enquanto uma relação não-capitalista gera um *habitus*, ou seja, uma história incorporada que persiste, mesmo quando a história objetivada já se foi – no caso a terra. Nas palavras de Bourdieu (2000, p. 83): “é uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria”.

Deste modo, o conceito de *habitus* é muito mais adequado que campesinidade para falarmos em recriação camponesa porque ele ativa o agente, ele contém, em germe, a dinâmica, a possibilidade de no presente, acionando condicionamentos incorporados, não de forma mecânica, construir uma nova história. Veja, quando Bourdieu diz que o *habitus* é estruturado e estruturante ele coloca uma nova dimensão que é a modernidade, assim o *habitus* combina uma dimensão com outra, ou seja, o velho e o novo junto. Isto significa dizer que o *habitus* é produzido (estruturado) historicamente e que, pela prática, se reproduz de forma imprevisível (estruturante). Ou seja, não há possibilidades de se saber a dimensão desta ação. Portanto, a prática dos sujeitos não é um jogo de cartas marcadas, há sempre espaço para a improvisação, ou melhor, para a transformação criadora. (SAMPAIO, 1993).

É neste contexto, qual seja, de ser estruturado e estruturante que entendemos quando Bourdieu afirma que o *habitus* é uma noção operatória, um *modus operandi*, mas que esse “sentido de jogo”, esta antecipação prática, fruto da experiência acumulada historicamente, não é uma regra, uma lei derivada das condições de produção que permite decifrar a ação.

O *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós ‘reproduzamos’ as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos. (BOURDIEU, 1983, p. 105, grifo meu].

Este ponto é fundamental para a compreensão da crítica que fazemos a campesinidade e a conseqüente proposta de sua substituição pelo conceito bourdiano de *habitus* para entender a (re)criação camponesa. Ou seja, como o *habitus* tem seu alicerce na teoria da prática é possível pensar tanto a dimensão da

permanência como da mudança obedecendo uma mesma lógica, qual seja, a de adaptar-se aos acontecimentos e situações. Situação inversa da campesinidade que da forma como é proposta não permite esclarecer como se dá o novo.

Cabe destacar que, na pesquisa, demos importância a dois conceitos fundamentais de Bourdieu: o *habitus* e o *campo* por entender que são eles que formam a espinha dorsal de sua teoria da prática. Por outro lado, os conceitos de *habitus* e *campo* são relacionais, no sentido de que só podem funcionar um em relação ao outro. Ou seja, as disposições duráveis (formas de agir, pensar, falar, perceber) interiorizadas pelos agentes na maneira de *habitus*, são geradas nos *campos*. Vejamos o conceito de *campo* nas palavras de Bourdieu (1983, p. 19) “é o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. O *campo* é assim um espaço de relações em movimento que, em última análise, representa a estrutura social. A definição de um *campo* obedece a quatro indicativos fundamentais, a saber: interesses específicos; leis e regras de funcionamento; estrutura de luta; interesse em comum. (BOURDIEU, 2000). Em nossa análise estamos trabalhando com a luta pela terra com um *campo* por entender que ela possui todos os indícios que caracterizam o conceito na perspectiva bourdiana.

E para que possamos fazer essa reflexão acerca do poder do *habitus* e, mais, da reprodução *das condições sociais de nossa própria produção*, contudo de forma criativa, ou seja, de forma que esse ativar os condicionamentos não signifique reproduzir inteiramente a mesma situação já vivida, destaco alguns relatos que analisei na minha Tese de doutoramento. Acredito que eles revelam o modo de vida camponês e, portanto, o processo (*campo*) de produção e reprodução do *habitus* camponês. Vejamos o Relato 01:

RELATO 01 - Pra contar minha história eu vou pegar o passado lá em baixo, quando meu pai era vivo. Quando ele trabalhava e morava em São Paulo, na capital, ele arrendou um alqueire de terra lá em Suzano, município de São Paulo, era ele e mais três amigos que vieram da Bahia, cada um tocava um alqueire em arrendamento, todo sábado e domingo eles iam lá trabalhar [...]. Então, veja, isso é muito enraizado na cultura daquele que já produziu roça, você pode ver o processo, o meu pai tinha quase 20 anos morando em São Paulo, mas aquela coisa dele de roça não apaga, resiste. No meu caso eu nunca toquei terra, mas via meu pai e quando a vida apertou na cidade vim pra luta, não foi fácil, mas foi a melhor coisa que fiz. (LEAL, Assentado no projeto Santa Rosa – Fev/2001).

É importante evidenciar que a escolha de trabalhar com fontes orais também se inscreve neste esforço de romper com o pré construído e fazer a conversão do olhar, experimentando novos caminhos até porque não seria possível apreender o *habitus* por meio de questionários estruturados de uso muito comum na geografia. Logo, é no depoimento e na sua transcrição que podemos evidenciar o *habitus*, ou seja, a história incorporada que fica evidente quando Leal afirma : “Então, veja, isso é muito enraizado na cultura daquele que já produziu roça, você pode ver o processo, o meu pai tinha quase 20 anos morando em São Paulo, mas aquela coisa dele de roça não apaga, resiste”.

Deste modo, qual seja, da metodologia das fontes orais fomos tecendo a apreensão do *habitus* camponês a partir dos relatos de acampados e assentados, já que há em suas falas, no próprio processo de memorização, havia referências constantes à luta pela terra, ao gosto pelo enfrentamento, daí a disposição contida no relato 02 quando diz: “eu parti pra cima, eu acampava, ia ocupar. Enfim, fazer tudo que fosse, partir para a briga mesmo para querer a terra”. Entretanto, depreende-se também deste relato o fato de que o *habitus* não é uma essência a-histórica, uma camisa pronta e acabada a espera do manequim. Na verdade, nessa disposição adquirida é passível a introdução de mudanças, ou seja, novas respostas produzidas diante dos obstáculos do real, situação facilmente perceptível quando

Sales diz: “eu achava que se fizesse um cadastro e ficasse esperando igual ao meu pai, aí eu ia morrer também falando em terra”. Portanto, se Sales herdou o *habitus camponês* a ele incorporou a luta de enfrentamento, disposição política então desconhecida por seu pai, que morreu esperando o cadastro do INCRA.

RELATO 02 - Eu sempre fui criado assim, falando da terra, o meu pai sempre dizia alguma coisa da terra, meu pai fez um cadastramento em 1964 e aí ele morreu falando em terra: puta merda eu tinha que pegar uma terra, eu tinha que pegar uma terra. Esse cadastramento ele falou que fez e foi aprovado, fez no INCRA, mas naquele tempo o INCRA não era o INCRA, era outro nome e até não era do Brasil era a nível de Estado. Então assim, eu achava que se fizesse um cadastro e ficasse esperando igual ao meu pai, aí eu ia morrer também falando em terra, então por isso eu parti pra cima, eu acampava, ia ocupar. Enfim, fazer tudo que fosse, partir para a briga mesmo para querer a terra e não fazer que nem o meu pai que ficou mais ou menos uns quarenta anos esperando a terra. Se eu ficasse que nem ele eu ia também ficar mais quarenta anos e morrer falando em terra, por isso que a gente foi pro acampamento e eu fui para a luta para ter a terra. Meus filhos também partiram pra luta, hoje tenho quatro com lote em assentamento. (SALES, Assentado no projeto Indaiá – Fev/2001).

Analisando o relato 03, podemos afirmar que o *habitus* permite, ao mesmo tempo, a reprodução das relações sociais e a criação do novo. Isto é possível porque, nos campos onde se forma e funciona o *habitus*, o conflito é a forma permanente de relacionamento entre os agentes. Conseqüentemente, toda vez que as condições objetivas da situação não permitem a realização do *habitus*, este dá lugar a forças explosivas que tanto podem ser de mudança como de acomodação. Portanto, a mesma lógica que reproduz também dá lugar à transformação.

Relato 03 - Quando meu pai foi conseguir o lote dele, ele já tinha passado da idade, foi passado para o nome do meu irmão. Logo em seguida, ele e minha mãe morreram. Ele lutou tanto, batalhou tanto e não conseguiu chegar no objetivo dele que era uma vida digna. Muitas vezes eu paro para pensar, analisar nossas vidas, eu fico pensando: será que vamos herdar o que nossos pais herdaram, de não conseguir chegar no objetivo, pelo menos ter uma casa para morar? Sempre a nossa vida com meu pai foi assim, morar em barraco de lona, mas eu fiz diferente consegui estudar meus três filhos, as duas meninas e o menino que é técnico agrícola formado.

Consegui na luta e sofrimento no assentamento, então se a gente for parar e analisar não dá para dar um basta na vida. O que falta é a gente se organizar mais aqui no assentamento porque agora a gente tem o direito de falar, porque antes muitas vezes nós não tínhamos o direito de falar nada. É por isso que nós estamos nessa luta, lutando pela terra, lutando pela vida. (SANTOS, Assentado no projeto Terra Solidária – Jan/2002).

O relato 04 e o seguinte também, lembram uma passagem de Bourdieu no livro “O Poder Simbólico” quando ele dá o exemplo do “criado de café” que seria o encontro da história objetivada com a história incorporada - o *habitus* (de forma mais específica a questão da herança e do herdeiro). Penso que estes relatos falam um pouco disso, pois terra e homem se encontram como se a história incorporada, o *habitus* camponês, estivesse procurando a história feita coisa (a terra): “meu marido ficava atento, procurando”; o herdeiro talhado para a herança, aquele que tem o saber capaz de fazer mover a herança, saber que transforma a terra ociosa, sem vida, dando a ela sua mais nobre função: *terra de trabalho, morada da vida*. Podemos dizer que no assentamento herança e o herdeiro se encontram/completam.

Relato 04 - A gente era arrendatário, tocava roça de algodão e feijão aqui mesmo nessa região de Santa Rita [do Pardo, cidade onde se localiza o assentamento]. A dificuldade levou a gente pra cidade grande, meu marido foi ser motorista de caminhão no CEASA. Quando a gente estava lá [em Sumaré/SP], eles [os filhos] tinham lembrança daqui. Esse menino meu queria um cavalo para andar. Mas como? A gente vivia no asfalto. Ia comer o que? Viver onde? Paciência filho, o pai sempre lembrava, ele teve paciência e esperou e a fé dele também foi grande. Meu marido ficava atento, procurando. A gente ficou sabendo lá em Sumaré pelo pessoal que morava aqui em Santa Rita que ia ter uma invasão aqui, que ia sair esse assentamento, a gente tem amigos, família que mora aqui. Aí viemos pra cá, pra ver se pegava um pedacinho de terra. Sabe, eu estava me sentindo amarrada, mas foi só eu chegar prá cá parece que sarei. Parece não, sarei porque acabou tudo aquilo que eu tinha porque era o que eu procurava. E aqui estou. (SILVA – Assentada no projeto São Tomé - Out/2001).

Nos relatos 04 e 05 o importante é entender as diversas formas de luta criadas e re-criadas para chegar na terra e nisso encaixa-se o reconhecimento legal

da condição de trabalhadora rural, via filiação no STR, como estratégia de se adequar aos critérios do Estado de seleção para o assentamento. É essa situação que estes relatos apontam. No caso do Sr. Lima foram 56 anos de vida na luta pelo pedaço de chão. Depois de passado mais uma década da experiência do acampamento, já trabalhando e morando na cidade, ele viu outra vez a possibilidade de entrar na terra e, como Dona Silva, também se antecipou aos acontecimentos, ou seja, na eminência da implantação do assentamento, se filiou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rita do Pardo à procura do reconhecimento legal de sua condição camponesa, adormecida, porém legítima.

Relato 05 - Já fiz todo tipo de trabalho de bóia-fria e também toquei roça, sempre trabalhando pros outros, de um canto pro outro. Já fui até acampado, naquele tempo [década de 1980] lá em Epiácio [no Pontal do Paranapanema/SP], na fazenda Lagoinha, fiquei um ano e três meses embaixo de lona preta, lá que era bom ter pegado terra porque eu estava com uma família grande, agora os filhos vem um dia e saí. Pra pegar terra aqui eu paguei o Sindicato uns poucos dias antes porque sabia que ia entrar aqui [no assentamento]. Não vai me delatar, mas foi isso, não adianta mentir. Eu queria voltar pra terra porque eu sou acostumado no mato, eu morava na cidade, mas não gostava, não podia perder outra vez. (Sr. Lima - assentado no projeto São Tomé – Out/2001) .

Deste modo, para estes depoentes o que importa é o retorno a terra, e todas as condições foram acionadas para que isso fosse possível, inclusive novas situações foram criadas como a mudança de cidade e a filiação ao Sindicato para que este encontro, tantas vezes adiando, se realizasse.

Relato 06 - Graças a Deus estou contente perto do que já passei trabalhando de bóia fria, saía de madrugada deixando meus filhos sozinhos e chegava a noite. Hoje trabalho por conta própria, trabalho contente, não vou dormir mais pensando se amanhã vai estar chovendo e se vai ter dia de serviço para trabalhar e poder comprar comida para dentro de casa. Agora tenho minha casinha para morar não moro no que é dos outros, tenho crédito o que é o mais importante depois da saúde da gente. A gente não enricou, mas a gente tem como sobreviver, não vou dizer que é fácil, que você não depende mais do fiado, é mentira. Quando a gente colhe a lavoura é só pagar as contas, mas assim mesmo eu agradeço a Deus porque

pelo menos pra pagar as contas a gente está fazendo. A gente tem um gadinho que a gente não precisou vender para poder comer, nem beber e nem vestir. A gente planta arroz e feijão, a gente tem as galinhas para poder ter um ovo e o frango para o gasto, cria uns porquinhos e tem o leitinho que entrega no laticínio e dá para comprar um gás, pagar a energia e vai indo assim (OLIVEIRA - Assentada no projeto São João – Dez/2001).

O depoimento de Dona Oliveira (relato 06) revela essencialmente que o encontro do homem com a terra é o resgate de sua própria humanidade, da sua condição de vida e, é neste sentido que ela explica e justifica sua felicidade dizendo “A gente não enricou, mas a gente tem como sobreviver”, o que parece tão simples, e realmente é, porque estamos operando numa lógica que não é a da acumulação. Estar contente na terra é ter o poder de garantir a comida da família, o *direito sagrado à subsistência*, situação, propiciada pelo controle do tempo de trabalho “hoje trabalho por conta própria”, e, por meio dele, da vida que renasce como as plantas que nesta terra eles sabem cultivar.

No nosso entendimento é esta matriz cognitiva camponesa - o habitus - que está por traz do medo da vida na cidade porque a cidade está relacionada com o passar fome, porque é o lugar onde se pode plantar sua própria comida. Acostumados a plantar para comer, seu estranhamento com a cidade é o estranhamento do pobre, ou melhor, da boca do pobre, aquela que precisa comer todos os dias.

A família camponesa realiza seu trabalho como se fosse um grupo no qual a hierarquia tem papel fundamental: são os jovens que aprendem com os velhos. (BRANDÃO, 19). Desta feita, todo ano esta equipe familiar tem como tarefa a produção de alimentos que possam garantir, pelo menos, parte de seu próprio consumo, sendo que o excedente comercializado, visa complementar as necessidades do grupo familiar. No entanto, isto não é o mesmo que dizer que a família camponesa produz apenas para auto-consumo, mas que seu plano de

produção visa primeiramente gerar no lote parte considerável de suas necessidades imediatas, situação que determina uma estruturação específica à unidade camponesa, dando-lhe uma configuração territorial própria⁴ como nos conta o Souza (Relato 08).

Relato 08 - Aqui nós temos de tudo. Nós temos umas cabecinhas de gado, aqui são 15 hectares. Aqui nós não compramos arroz pra despesa, nós não compramos feijão, nós não compramos milho e o milho que sobra nós vendemos. A banha nós não compramos pra despesa porque tira o milho e trata o porco, depois mata o porco e ainda faz mistura e tira a banha. Mandioca nós temos pra despesa e agora quando a mandioca mansa não dá pra despesa [comer] aí trata do porco e das vacas quando vem o frio. Agora a mandioca brava vai pra vender e também o milho quando sobra da despesa, o feijão quando sobra vende, arroz não, arroz fica dois anos, três anos guardado. A vaca nós tiramos leite e aí tira uns dois litros pra nós deixarmos em casa pro nosso gasto e o resto vai pro laticínio; nós temos galinha, nós temos porcos, nós temos animal: tem gado, cachorro, gato. Está com 20 e poucos anos que nós moramos aqui nessa região de Itaquiraí, nós entramos aqui e eu não tenho vontade de sair não. Eu tenho cinco filhos, três casados e dois dentro de casa, esses meninos foram criados quase tudo em Itaquiraí trabalhando comigo; e agora que está tudo acertado [tem terra], vamos ficar aqui. (SOUZA - Assentado no projeto Indaiá - Fev/2001.

Este relato 08 indica também um pouco daquilo que chamamos modo de vida camponês (*ethos*), ou seja, um modo de vida regido por uma ética moral, onde a terra é *terra de trabalho*, é ativo social e não terra de negócio – ativo econômico.

Relato 09 - Naquela época de 1960, 1962 eu cheguei no Paraná, em 1968 eu vim pra cá [Mato Grosso do Sul], eu tinha 11 filhos, todo mundo trabalhando na terra dos outros. Aí saiu essa invasão e nós entramos e vamos trabalhando até hoje. Graças a Deus, daqui não pretendo sair. Aqui tem gente que pegou terra vendeu, mas eu não, porque eu sei o quanto eu sofri trabalhando na propriedade dos outros, porque tudo que a gente faz de bom pro patrão o patrão ainda acha que é ruim, então é o meu caso. Aqui são 10 hectares, é pequeno pra minha família, um pouco teve que ir embora, mas tem um casado que mora aqui, tem dois solteiros comigo. Tem um que

⁴ José Tavares dos Santos na obra “Colonos do Vinho”, apresenta um conjunto articulado daquilo que considera os elementos estruturais da produção camponesa, a saber: a força de trabalho familiar; as práticas de ajuda mútua; o trabalho acessório do camponês; a força de trabalho assalariada; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção; a jornada de trabalho.

está ocupando terra lá em Novo Horizonte [cidade de Novo Horizonte do Sul]. Os outros foram embora pra cidade e trabalham em construção pra lá, mas eles querem terra, foi criado na roça. O outro meu filho mais velho pegou um lote aqui na barranca também, eu tenho uma filha que tem outro ali também. Nós estamos tudo na força bruta, tudo trabalhando em cima da terra (ARAUJO - Assentado no projeto Indaiá – Fev/2001).

Já o relato 09, do assentado Araújo, retrata um pouco deste ciclo da vida camponesa em que os filhos aprendem com o pai, é o trabalho do saber (saber-fazer) que o Carlos R. Brandão tão bem retrata. O trabalho é como um ritual em que os filhos, ainda jovens, são iniciados, convocados a apreender o *habitus* camponês, o jeito do pai. Porque mesmo quando se intui que a migração do filho para a cidade seja o futuro próximo, o trabalho na roça cumpre a tarefa de representar o horizonte social e econômico das novas gerações. Neste sentido, é comum no campo o pai alegar que o trabalho do diarista “nunca é igual ao pessoal de casa, o diarista nem sempre faz do jeito da gente”.

Relato 10 - O povo fala: ‘ah, depois de velho querer terra para trabalhar, deixa para os filhos’. Mas quem quer trabalhar, quem tem vontade de ter um pedaço de terra e trabalhar nele não tem idade, a gente que foi acostumado no serviço, no trabalho, aí consegue um pedaço de terra e vê fartura, vê roça, vê terra tombada é muito importante. Eu estou vendo aquela terra gradeada lá, vixe pra mim já é bonita, eu ver uma terra com trator trabalhando e saber que vou poder plantar. Por isso eu falo, pra mim é muito importante a terra para trabalhar (SILVA - Assentado no projeto São Tomé – Out/2001).

Por fim, o depoimento do Sr. Silva a revelar um pouco desta persistência do *habitus* camponês que responde um pouco a eterna questão em relação a durabilidade do *habitus*, ou seja, quanto tempo dura o *habitus*? Ele dura enquanto durarem as disposições.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O *habitus* camponês, formado no *campo* da luta pela terra, para ser compreendido não pode prescindir do debate acerca dos *habitus* específicos que são gerados nos demais *campos* do todo social, lembrando que para Bourdieu o espaço é multidimensional. Assim, para entendermos o embate que acontece no interior dos movimentos sociais é preciso considerar que o *campo* é um espaço em disputa e seu estado natural é o conflito, como exemplo temos a disputa que ocorre pelo direito de representação legítima da luta pela terra, em que o MST tem se sobressaído. Portanto, somente a compreensão da existência de *habitus* específicos (político, religioso, cultural, etc) nos fará compreender a diversidade de sujeitos e práticas na luta pela terra, portanto o campesinato não é “*um saco de batatas*”. No caso do Mato Grosso do Sul, por exemplo, os camponeses encontram-se divididos em MST, FETAGRI e CUT, se por um lado podemos dizer que no *campo* da luta pela terra apresentam o mesmo *habitus* – o camponês -, por outro, isso não anula a existência de outros *habitus* específicos.

Mas onde entraria no debate do *habitus* (e dos *habitus*) o sentido de classe do campesinato? Acreditamos, apoiados em Bourdieu, que a existência destes diversos *campos* e seus *habitus* específicos por parte dos camponeses não descarta a possibilidade de um *habitus de classe*, e essa possibilidade só pode existir a partir de uma análise relacional – uma homologia de posição nos *campos*.

Dito de outra forma, para Bourdieu embora o indivíduo possa ocupar posições diferenciadas nos diversos *campos* do todo social e suas ações sejam reflexos desse espaço multidimensional, há a possibilidade de existência da classe social. Conseqüentemente, essa posição de classe é fruto da mediação do *habitus*, porque é ele que fundamenta as formas de agir e pensar nos sujeitos nos variados *campos*, dando-lhes unidade, *habitus* de classe (ou classe de *habitus*). Assim, independente

da diversidade de *habitus* específicos, existiriam disposições gerais, um *estilo*, uma história incorporada a produzir um *habitus* de classe, dando identidade a esses grupos. Enfim, para além da distinção, que não é nada mais que a continuidade física e psíquica do indivíduo, haveria a possibilidade de formação da classe. Portanto, é o *habitus* de classe que dá unidade, que organiza o pensar e o agir do sujeito nos diversos campos, que possibilita a leitura relacional entre os *campos*, criando a classe provável, aquela que possui a maior condição de se organizar. Ou seja, existe uma história incorporada que permite uma identificação mútua, mesmo que o sujeito ocupe posições diferentes nos *campos* e, portanto, *habitus* específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, Distinção e Territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Tradução de Jeni Vastsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.
- _____. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (Org. da Coletânea). São Paulo: Ática, 1983b. (Grandes Cientistas Sociais, 39).
- _____. (org). Compreender. In: _____. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Razões Práticas**. Tradução de Mariza Corrêa. São Paulo: Papyrus, 1996.
- _____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, Maria A; CATANI, Afrânio (Orgs. da coletânea). 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: _____. **Economia das Trocas Simbólicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, p. 183–202, 1992.
- _____.;PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1975.
- BRANDÃO, Carlos R. **O trabalho do saber**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- CAPEL SAEZ, Horácio. **O nascimento da ciência moderna e a América**. Maringá: UEM, 1999.
- ECO, Umberto. Rápida utopia. In: **Reflexões para o futuro**. São Paulo: Abril, 1993.
- LOYOLA. Maria Andreia. **Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

- MARTINS, José de S. **Expropriação e violência**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 58, set., 1981.
- SAMPAIO, Inês S. Vitorino. A Sociologia dos Bens Simbólicos e a Teoria do Mercado Lingüístico de Pierre Bourdieu. In: **Temáticas**. Campinas: IFCH/UNICAMP, ano 01, nº. 1/2, 2º Semestre, 1993.
- TRIGO, Maria H. B. Habitus, Campo, Estratégia: uma leitura de Bourdieu. **Cadernos CERU**. São Paulo, série 2, nº 09, p. 45-55, 1998.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. nº 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.